



CAPA

EXCEÇÕES SEM TRÉGUA

APÓS ESCÂNDALOS E REFORMAS, TEMER E O CONGRESSO PRETENDEM AGORA NEUTRALIZAR O PODER DO VOTO. SEM AUTOCRÍTICA, A DITA ESQUERDA NÃO CHEGA AO POVO

por ANDRÉ BARROCAL

Edúro ser brasileiro: 60 mil são assassinados por ano, nona pior taxa do mundo em termos relativos. Entre os vivos, 3,5 milhões vão viver pobres em 2017 e 13,5 milhões estão desempregados, um dos piores índices da história nacional. Quem arruma trabalho ganha cerca de 1,7 mil reais mensais, pouco para uma família média (quatro pessoas) – uma cesta básica custa uns 25% daquele valor. E não encontra moleza para subir na vida no décimo país mais desigual do planeta, um enclave racista, apesar da população de maioria

negra. Os números já foram piores há algumas décadas (e melhores há três, quatro anos), mas o brasileiro tem sido historicamente espezinhado pelos patrões e pelos políticos. E corre o risco de levar uma seinhora chibatada.

A turma no poder, em Brasília, trama o fim do presidencialismo. Sonha com o parlamentarismo, em que o governo fica nas mãos de um escolhido dos partidos no Congresso, aquele reduto empresarial e do “mercado” que não cansa de maltratar o cidadão; vide o congelamento por 20 anos dos gastos sociais, a reforma da CLT, que fará as pessoas trabalharem mais e ganharem menos, e o

fantasma do retardamento da idade para se aposentar. Tudo isso com a chamada esquerda, alternativa política de transformações em favor da maioria da sociedade, desconectada das ruas, incapaz de chacoalhar o povão, devido à falta de autocritica sobre os erros cometidos pelo PT em sua passagem pelo Palácio do Planalto. Um cenário desalentador a um ano da próxima eleição presidencial – se houver uma, o plano parlamentarista ameaça esvaziar a campanha.

A ideia do parlamentarismo despontou nos últimos dias em um jogral. Começou com Michel Temer, o presidente denunciado à Justiça. Um dia





Eles continuam
a se rir do Brasil

após se salvar na Câmara de um processo por corrupção no caso da mala de meio milhão de reais em propina, ele comentou em entrevista a uma rádio: "Acho que nós poderíamos pensar, uma mera hipótese, num parlamentarismo para 2018, não é?" No domingo 6, foi a vez de seu informal conselheiro e advogado Gilmar Mendes, juiz do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral: "Tenho batido muito na necessidade de pensar um semipresidencialismo. Alguma coisa que mesclará uma Presidência com algum significado forte, mas que também valorizasse a governabilidade com

O EMPRESARIADO APROVA A REFORMA TRABALHISTA COM ENTUSIASMO, MAS ADMITE QUE, QUANTO AO EMPREGO, OS RESULTADOS SÃO MODESTOS

um primeiro-ministro". No dia seguinte, foi o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM: "O sistema presidencialista brasileiro esgotou-se e a gente precisa construir algo novo, seja no sistema de governo, seja no sistema eleitoral". Maia ao menos ressaltou que o povo precisa participar do debate.

O brasileiro já foi chamado duas vezes a opinar e em ambas deu uma banana à ideia. A primeira foi em 1963, na Presidência de João Goulart, o trabalhista golpeado por civis e militares direitistas no ano seguinte. Eleito vice-presidente



CAPAS

em 1960, época em que as pessoas votavam para presidente e para vice separadamente, Jango herdaria a faixa em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Estava no exterior e, ao voltar, encontrou uma novidade. Seria uma rainha da Inglaterra. Para enfraquecê-lo, Brasília inventou o parlamentarismo, com Tancredo Neves de primeiro-ministro. Jango retomou os poderes no plebiscito de 1963. Dos 18 milhões de eleitores, 12 milhões foram às urnas e só 18% optaram pelo parlamentarismo.

Três décadas depois, outra surra. A Constituição de 1988 definiu que o País seria presidencialista e haveria um plebiscito confirmatório. Dos 90 milhões de eleitores, 66 milhões votaram e apenas 24% queriam um primeiro-ministro. Dos atuais grandes partidos, um boicotara o presidencialismo, o PSDB. Até hoje os tucanos alimentam a ideia de governar sem conquistar o coração do eleitorado. Angústia talvez de ter sido capaz de vencer apenas duas das seis eleições ocorridas de lá para cá. Em sua propaganda na tevê na quinta-feira 17, o tucanato será puro elogio à proposta. “O parlamentarismo tem uma qualidade, afastar um governo é menos traumático”, diz Renato Janine Ribeiro. “Mas o que querem hoje é impedir Lula de ser presidente de novo e evitar que a esquerda assuma o poder.” Na quinta-feira 17, o ex-presidente começa um giro de 20 dias pelo Nordeste, a esquentar os motores de sua pré-campanha.

A população tem muito a perder com a troca de sistema. No Brasil, o Legislativo é historicamente mais conservador do que os presidentes. “O Congresso levou Getúlio Vargas ao suicídio, foi quem acuou Juscelino Kubitschek, quem ajudou a dar um golpe em João Goulart juntamente com a indústria e com os militares, quem deu um golpe na Dilma”, diz o deputado Paulo Teixeira, vice-presidente do PT. “As grandes mudanças feitas no Brasil nos últimos 60, 70 anos foram



Meirelles
à espera
do aumento
do rombo
fiscal...

feitas por presidentes que não eram das elites, como Getúlio, JK e Jango”, comenta Leonardo Avritzer, ex-presidente da Associação Brasileira de Ciência Política. “O presidencialismo é a única forma de a população de baixa renda manifestar-se na política.”

Após a ditadura, o Congresso transformou-se aos poucos no *bunker patronal*

e antissocial de hoje. Dos 594 deputados e senadores eleitos em 2014, 42% eram empresários ou fazendeiros e somente 22%, assalariados, conforme o estudo “Radiografia do Novo Congresso”, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Com um perfil desses, as excelências pintam e bordam em defesa dos interesses engavatados, mesmo que signifique votar contra os trabalhadores, a imensa maioria do eleitorado. Para garantir o pagamento dos juros da dívida, congelaram por duas décadas os gastos sociais no fim de 2016, a pedido de Temer. A reforma trabalhista do presidente sepultou 70 anos de CLT na moleza. Entre os deputados, passou em abril por 296 votos a 177. No Senado, por 50 a 26, em julho.

O empresariado anda eufórico com a reforma, mesmo que admita, nas entrelinhas ou abertamente, que os resultados no emprego serão modestos. A Fiesp,

**DE CADA TRÊS
CONGRESSISTAS,
UM É CALOTEIRO.
DE 300 A 400
CONGRESSISTAS
SÃO
INVESTIGADOS
NO STF**

MARCELO CAMARGO/ABR E MAURO PIMENTEL/FOLHAPRESS



... enquanto Arminio Fraga espera por uma reforma da Previdência muito dura

federação dos industriais paulistas, divulgou em abril uma pesquisa com cerca de 500 indústrias. Para 73%, a reforma traria pouco ou nenhum incentivo à criação de vagas. Uma análise do Banco Itaú feita no início de agosto estima que a nova lei pode abrir 1,5 milhão de postos em quatro anos. Bom, desde a chegada de

Temer ao poder, em maio de 2016, o exército de desempregados medido pelo IBGE ganhou 2 milhões de pessoas. Mais: foi com a CLT que o Brasil atingiu o pleno emprego, 4,5% de desocupação em dezembro de 2014, após criar 20 milhões de postos em uma década. O que a reforma vai produzir realmente, e isso está

registrado tanto na pesquisa da Fiesp quanto na análise do Itaú, é mais segurança jurídica para os patrões. Tradução: mais chances de explorar o trabalhador sem perder na Justiça.

Mais alguns episódios fresquinhos sobre o espírito do Congresso. As contas públicas estão caóticas desde que o País mergulhou na austerdade com o *Chicago Boy* Joaquim Levy no governo Dilma Rousseff e seguir firme nessa rota com o ex-BankBoston Henrique Meirelles na gestão Temer. Com o PIB parado, entra pouco dinheiro no cofre federal. Meirelles está às voltas com um iminente aumento de 20 bilhões de reais no rombo fiscal deste ano. Para o Congresso, dane-se. Na terça-feira 8, Temer contou em São Paulo que havia “estudos” sobre elevar o Imposto de Renda. Falava-se em Brasília em 35% para quem ganha acima de 20 mil mensais. Horas depois, Rodrigo Maia disse que a proposta “não passaria” na Câmara, a

CONGRESSO CORRUPTO, PATRONAL E CALOTEIRO



*Fontes: Câmara dos Deputados, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Deutsche Welle Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)



CAPA

Fiesp detonou a ideia, o líder do governo no Senado, Romero Jucá, do PMDB, bufava contra Temer a portas fechadas. Resultado: à noite, o presidente negou que haveria alta do IR. Repetiu a promessa no dia seguinte no Rio, em um evento de exportadores, e foi vaiado.

Registre-se que a dupla Temer-Meirelles está numa camisa de força por escolha própria, ao optar pela austeridade e jurar desde o início que não subiria impostos. Por falta de apoio parlamentar, Temer acaba de revogar uma Medida Provisória (MP) que voltava a cobrar contribuição previdenciária das empresas com base na folha de salários delas, uma desinteligente desoneração da era Dilma. Em janeiro, o governo baixou um novo Refis para empresa caloteira tributária e esperava arrecadar até 8 bilhões de reais este ano. O Parlamento estuprou a proposta, com perdão de 90% a 99% de juros e multas e o dobro de prazo de rolagem das dívidas. O governo preferiu ver a MP do Refis perder a validade, pois coletaria no máximo 1 bilhão. No mesmo dia, 31 de maio, soltou uma MP com outro Refis e a expectativa de arrecadar 13 bilhões. O Congresso aprontou de novo. Mexeu em tudo e a arrecadação prevista será de 1 bilhão, caso a Câmara aprove o texto nos próximos dias.

As excelências legislam em causa própria. De cada três congressistas, um é caloteiro cobrado na Justiça a pagar. A conta dos devedores inscritos na Dívida Ativa da União soma 877 milhões de reais, entre papagaios em nome próprio, no de suas empresas ou como fiadores, conforme a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Média de 4,5 milhões por caloteiro. Dos 50 membros da comissão especial que rasgou o Refis proposto pelo governo em maio e providenciou um camarada, metade tem a PGFN no encalço. O símbolo dessa vergonha é o relator da MP, o deputado mineiro

O DISTRITÃO É UM PASSO IMPORTANTE A CAMINHO DO PARLAMENTARISMO. MICHEL TEMER JÁ O PROPUNHA QUANDO VICE EM 2011

Newton Cardoso Jr., do PMDB, que deve 53 milhões de reais.

Os fazendeiros também fazem a festa. Em março, o Supremo Tribunal Federal mandou-os pagar à Previdência uma taxa de 2% de suas vendas, ao validar uma lei de 2001 contestada pelo setor. A dívida do Funrural girava entre 8 bilhões e 10 bilhões de reais. A bancada ruralista meteu a faca no pescoço do governo. Na antevéspera de os deputados o salvarem da degola no caso da mala da propina, Temer assinou uma MP a parcelar a dívida e a cortar a taxação para 1,2%, perdão de uns 10 bilhões de reais que deixarão de entrar para o Erário. Um dia depois, o peemedebista confraternizou em um almoço



PARLAMENTARISMO DERROTADO NAS URNAS

1963

Um plebiscito decidiu se o parlamentarismo seria mantido ou o presidencialismo voltaria

1993

Um plebiscito previsto na Constituição decidiu a forma de governo

94
MILHÕES
DE VOTOS NO
PRESIDENCIALISMO
(82%)

2
MILHÕES
DE VOTOS NO
PARLAMENTARISMO
(18%)

366
MILHÕES
VOTARAM NO
PRESIDENCIALISMO
(55,6%)

164
MILHÕES
VOTARAM NO
PARLAMENTARISMO
(24,9%)

12
MILHÕES
DE VOTOS EM
BRANCO OU NULO
(19,4%)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

NÃO

Rejeita a matéria destacada, modificando
o texto do Relator.

ORIENTAÇÃO	
PMDB	Sim
PT	Obs
PP	Sim
PSDB	Sim
PR	
PSD	Sim
PSB	
DEM	
PRB	
PDT	
PTB	
PODE	Lib
SD	
PCdoB	
PPS	
PSC	
PHS	Obs
PV	
PSOL	Obs
PROS	
PEN	
PSL	
PRP	
Governo	
Majoria	
Minoria	Obs



com a bancada dos fazendeiros, pelos maciços votos por sua salvação.

No “mercado”, há gente indócil com o Congresso, caso do economista tucano Arminio Fraga, para quem os parlamentares deviam aprovar um ajuste fiscal radical, sem dó nem piedade, uma reforma da Previdência dura. Na *Folha de S.Paulo* da terça-feira 8, Fraga praticamente disse que eleições atrapalham a economia. Era o que os *Chicago Boys* de Milton Friedman achavam e deu esteio ao golpe do general Augusto Pinochet no socialista Salvador Allende no Chile, em 1973. Noveis fora essa tecnocracia, há possibilidade de renovação



Avritzer: o PT erra
se insistir na ideia
da conciliação
ao centro

e arejamento parlamentar na eleição de 2018? A bronca popular é grande, 65% não confiam no Congresso e 69% nos partidos, informa um Datafolha de junho. Taxas superiores às de 2012 (52% nos dois casos). Pudera. Além de crachá de patrão, o Legislativo tem prontuário, vide a Operação Lava Jato. De 300 a 400 congressistas são investigados no Supremo, dos quais são 55 réus em cem ações penais. O Congresso tem tido alta renovação em eleições, explica o cientista político Antonio Augusto de Queiroz, do Diap, mas o que se vê na verdade é uma “circulação” dentro da política. Prefeito vira deputado e por aí vai. “O ambiente é claramente de renovação, mas as regras atuais favorecem quem já está no



CAPA

mandato. E a tentativa que está sendo feita é mudar as regras para favorecer aí da mais", afirma. "O *status quo* quer manter o poder e se proteger da Lava Jato."

Uma proposta de reforma política no forno para votação dos deputados em plenário ilustra os planos do *status quo*. É uma mudança na forma de eleição de deputados federais. Hoje, eles são eleitos em cada estado com base no total de votos obtidos pelos partidos naquela unidade da Federação. São Paulo tem 70 federais, as cadeiras são distribuídas entre as siglas conforme a votação total e, depois, distribuídas dentro de cada legenda de acordo com os candidatos mais votados. O que se pretende é eleger os 70 mais votados, não importa o desempenho partidário. É o "distritão", tentativa de neutralizar a má imagem dos partidos diante dos escândalos. "O eleitor brasileiro tem hoje menos respeito pelos partidos que pelos políticos", afirma o deputado Esperidião Amin, do PP de Santa Catarina. "É um seguro-reeleição. Quem estuda o 'distritão' sabe que a renovação é impossível", diz o deputado Henrique Fontana, do PT gaúcho, relator de uma reforma política no passado.

O"distritão" pode ser o passo inicial para garantir o parlamentarismo no mínimo para a eleição de 2022. A ideia tem a digital de Temer, seu proponente em 2011, quando vice decorativo de Dilma. É o paraíso para candidato celebridade e para candidato afinado com as direções partidárias. Elas é que vão repartir a grana de um fundo público de financiamento de campanhas, de uns 3,5 bilhões de reais para 2018, outra novidade a caminho. O fundo é a saída para bancar eleições sem doações empresariais, proibidas pela Justiça. Há quem diga que o "distritão" ajudará a baratear campanhas, ao acabar com um mercado cinza de formação de alianças com prefeitos e vereadores. Além disso, uma celebridade será capaz de eleger-se, mas não

carregará para Brasília correligionários ruins de voto. Mas sobram problemas. "Quem não tiver notoriedade fica prejudicado, os coletivos ideológicos, os focos identitários como gays, lésbicas e ambientalistas. Vai hipertrofiar o dinheiro", dizia na quarta-feira 9 Ciro Gomes, do PDT, um dos nomes progressistas para a campanha presidencial de 2018.

A gigantesca impopularidade de Temer e a agenda antissocial do governo prenunciam uma eleição sob o signo da mudança, não da continuidade. Todas as pesquisas de intenção de voto mostram isso, com a dianteira de Lula, Jair Bolsonaro e Marina Silva. Mas a chamada esquerda terá dificuldades, fruto dos erros durante e após o poder, como o descolamento em relação ao cidadão. Socióloga na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Esther Solano fez uma pesquisa com trabalhadores de periferias sobre o governo e as reformas. Ninguém gosta de Temer e das reformas. Perguntados se o *impeachment* de Dilma Rousseff foi golpe, os entrevistados dividiram-se. Mas, questionados se o PT é vítima da Justiça e da mídia, só 20% disseram que sim. Conclusão da socióloga: a agenda de Temer não é legítima, mas a esquerda e o PT não conseguem liderar a luta contra ela. Aí fica mais fácil entender por que a taxa de reprovão de Temer



é de 70%, mas Lula, PSOL e Ciro, atores do campo progressista, alcançam juntos uns 40% nas pesquisas presidenciais.

O problema está justamente na principal força do campo. A população não vê o PT como alternativa, pois o partido não foi capaz de se reposicionar e fazer uma autocrítica, teoriza Leonardo Avritzer. Para o cientista político, os petistas precisam explicar-se à sociedade em dois temas: escândalos de corrupção do governo Lula e austeridade na segunda gestão Dilma. Odebrecht e JBS pediram desculpas ao País, mas os petistas, não. No caso da austeridade, a escolha pode até ter sido pessoal de Dilma, mas o partido ainda não deixou claro qual seria sua proposta de ajuste, caso volte ao governo. A sensação, diz Avritzer, é de que o caminho seria parecido com o de Temer e o de Dilma. "Parece existir uma tentativa do PT de ainda apostar no caminho da conciliação ao centro, um erro. É bem provável que a eleição seja radicalizada."

Afalta de politização da sociedade é outro erro do partido, pelo qual paga toda a chamada esquerda. Para Janine Ribeiro, Lula apostou na "inclusão pelo consumo". Em artigo de 2014, Janine escreveu que, se a prioridade dos petistas fosse outra, "eles se teriam defrontado com uma oposição ainda maior", "o choque com as classes mais ricas teria sido forte", caso o foco fossem os serviços públicos, a exigir mais impostos. O PT escolheu a via do possível, dificilmente seus adversários teriam feito melhor, "mas a trilha do consumo significa que a ideologia que ganhou foi a do shopping center". "Lula tinha ótima intenção, havia muita gente sem acesso ao mínimo", diz Janine hoje. "Mas ele deveria ter insistido que era uma causa ética e de definição de futuro, não só de consumo." Talvez assim as universidades federais, que receberam uma montanha de recursos na era petista, se levantassem contra o *impeachment*, por exemplo.



Na calada da noite, Temer recebe no Jaburu, fora da agenda, a sucessora de Rodrigo Janot

GREG SALIBAN, MARCELO CAMARGO/ABR E EVARISTO SA/AFP

O efeito da omissão foi constatado pelo próprio partido na pesquisa “Percepções na Periferia de São Paulo”, de março passado. Resumo da ópera: “Demonstra uma intensa presença dos valores liberais, do ‘faça você mesmo’, do individualismo, da competitividade e da eficiência”. O vácuo na luta por corações e mentes foi ocupado pelas igrejas evangélicas, uma espécie de avanço da “ética protestante e o espírito do capitalismo” de que falava o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Em rodas petistas de análise do levantamento, há quem reconheça que os pentecostais topam ir às vilas em busca de fiéis, enquanto os sindicatos, muitos ligados ao PT, acomodaram-se a esperar que o trabalhador venga a eles em salas e gabinetes.

Histórico “igrejeiro” petista e principal ligação com os movimentos sociais em 12 anos de Palácio do Planalto, Gilberto Carvalho aponta com otimismo certo fenômeno recente. A Igreja Católica começa a adotar uma postura

mais progressista. Muitos padres e bispos gravaram vídeos para a web a convocar o rebanho a aderir à greve geral de 28 de abril contra Temer e as reformas. O motivo da inflexão seria o papado progressista de Francisco, o sumo pontífice peronista. Carvalho, que reconhece ter o PT seguido o mau caminho do

TEMER ABRE FOGO CONTRA JANOT, PEDE AO STF QUE O IMPEÇA DE PROSSEGUIR NA SUA “OBSESSIVA CONDUTA PERSECUTORÍA”

dinheiro em campanhas, vê ainda outro sinal alentador à esquerda. A união de partidos e movimentos sociais na resistência ao governo e às reformas. Na votação de denúncia de corrupção contra Temer na Câmara, PT, PDT, PSOL, PCdoB e porções do PSB, legenda que apoiou o *impeachment*, estiveram juntas contra o presidente.

O PSOL, que nasceu de uma costela do PT e após o *impeachment*, ensaiou disputar a hegemonia progressista com “Adão”, tem uma maioria de uns 70% a acreditar que foi “golpe” e com críticas à Lava Jato como operação imperialista e direitista. A sigla pode compensar à esquerda, nos grandes centros urbanos, o enfraquecimento do PT decorrente dos escândalos. “A tendência é de o PSOL ter candidato na eleição no primeiro turno. Uma candidatura de Lula será necessariamente do legado de 12 anos do PT, isso será muito difícil para nós e a esquerda em geral”, diz o líder do partido na Câmara, Glauber Braga, do Rio. “Mas no segundo turno...”, completa ele, desconfiado, pelo que tem visto no Congresso, do DNA “conciliador” do PT.

Enquanto a eleição (se houver) não chega, Temer fica e agora retribui as “flechadas” do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Pediu ao Supremo para o PGR ser impedido de tocar qualquer investigação a seu respeito, por “obsessiva conduta persecutoria”. A propósito, por que Temer recebeu na calada da noite, no Palácio do Jaburu, fora da agenda, a futura sucessora de Janot, Raquel Dodge, para supostamente tratar da posse dela em 18 de setembro? Por que não o fez à luz do dia no Palácio do Planalto? Dúvidas à parte, o ataque do presidente ao PGR foi um novo jogral com Gilmar Mendes, que chamou o “xerife” de o “mais desqualificado da história da Procuradoria”. Agora Janot talvez saiba o que é ser espezinhado como bom brasileiro. •